



**Defender
e Valorizar
os TRABALHADORES
é afirmar o Poder Local**



ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 1 OUTUBRO 2017

MANIFESTO

VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES **Defender o poder local democrático** **e os serviços públicos**

No próximo dia 1 de Outubro seremos chamados a escolher os responsáveis políticos dos municípios e freguesias.

Estas eleições terão lugar após a brutal ofensiva desencadeada pelo anterior governo PSD/CDS contra as autarquias e os direitos dos trabalhadores, cujas graves consequências ainda se fazem sentir.

No actual quadro político, resultado da luta dos trabalhadores, deram-se passos positivos mas insuficientes para devolver aos trabalhadores, aos municípios, às freguesias e às populações o muito que lhes foi retirado. Existem por isso fundadas preocupações perante a transferência de competências para as autarquias envolvendo funções sociais do Estado, como a educação e a saúde, processo que pode por em causa a acessibilidade e a qualidade bem como os direitos laborais de milhares de trabalhadores.

Somos trabalhadores das autarquias e o nosso trabalho é um direito das populações. Trabalho que tem de ser valorizado e dignificado para atrair, fixar e motivar os trabalhadores e para garantir a prestação de um serviço público de qualidade.

Embora a resolução de muitos dos problemas que afectam os trabalhadores seja uma responsabilidade directa do governo, sabemos como é decisivo ter nas autarquias quem se preocupa com os trabalhadores, quem responde positivamente às suas dificuldades e quem os acompanha nas suas lutas e reivindicações.

Consciente da importância destas eleições para as populações e em particular para os trabalhadores das autarquias, o STAL coloca às forças políticas e a todos os candidatos concorrentes que assumam o compromisso com as seguintes propostas:

CRIAÇÃO DE EMPREGO COM DIREITOS, ELIMINAÇÃO DA PRECARIIDADE

O Poder Local desempenha um papel da maior relevância no desenvolvimento e na criação de emprego, sendo evidente, no actual contexto, a necessidade de contratar pessoal para os mais diversos serviços. As autarquias têm o dever de promover a criação de emprego estável e com direitos. É pois necessário que combatam o trabalho precário e ponham fim ao recurso a trabalhadores desempregados como mão-de-obra barata. E é urgente que integrem nos mapas de pessoal todos os trabalhadores com vínculo precário a exercerem funções que correspondem a necessidades permanentes dos serviços.

35 HORAS PARA TODOS, SEM ADAPTABILIDADES OU BANCO DE HORAS

É necessário garantir as 35 horas de trabalho semanal e a sua extensão a todos os trabalhadores. É importante que as autarquias adoptem medidas que possibilitem a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional. É crucial impedir o abuso do trabalho extraordinário e limitar o recurso ao trabalho nocturno e por turnos às situações que sejam, técnica e socialmente justificadas e garantidas as condições de segurança, de saúde, de protecção da maternidade e paternidade, de infraestruturas e serviços sociais compatíveis com este tipo de horários de trabalho e a fixação por negociação e contratação colectiva de subsídios e compensações adequados aos trabalhadores abrangidos.

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

As condições em que ainda hoje muitos trabalhadores operam em muitas autarquias são inaceitáveis, num quadro em que o conjunto dos trabalhadores tem hoje uma média etária elevada e carreiras contributivas longas, em que muitas profissões existentes na Administração Local são marcadas por um elevado grau de penosidade e em que se regista o surgimento de novos riscos. É pois imperioso investir na redução do esforço e penosidade no trabalho e na melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho. A par do rigoroso cumprimento das normas de segurança e saúde importa desenvolver uma cultura de prevenção, assente na avaliação de riscos e na implementação de medidas tendo em vista a melhoria contínua das condições de trabalho. Urge implementar uma adequada organização e funcionamento efectivo dos serviços de segurança e saúde assegurados por técnicos especializados devidamente habilitados. Estimular a dinamização da formação e sensibilização de todos os trabalhadores e seus representantes. Valorizar e promover a

participação dos representantes dos trabalhadores para a SST ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores em todos os locais de trabalho.

PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO E CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A negociação e a contratação colectiva constituem direitos fundamentais dos trabalhadores que os autarcas não só devem respeitar como devem estimular. Tal como devem respeitar e fazer respeitar a liberdade, autonomia e representatividade sindical em todos os espaços do município. Embora limitado no que aos órgãos das autarquias diz respeito, contrariamente ao universo empresarial local, a contratação colectiva é fundamental para a melhoria das condições de trabalho, para a valorização dos trabalhadores e por essa via, para a criação de melhores condições para o cumprimento dos planos e objectivos de gestão.

DEFESA E VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços públicos são de todos e a sua existência é fundamental para assegurar o desenvolvimento, a coesão social e territorial. Como a realidade tem demonstrado, a privatização, concessão e a externalização conduz à perda de qualidade, a aumentos de custos e de preços, à degradação e destruição de postos de trabalho. Manter a propriedade e a gestão públicas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e resíduos, entre outros, assegurar o seu controlo pelos órgãos democraticamente eleitos, em particular no Poder Local, bem como a exigência da sua adequada dotação humana, técnica e financeira, é a única forma de proteger os direitos das populações e dos trabalhadores. É igualmente fundamental criar condições que permitam recuperar para o controlo público os serviços privatizados.

O DIREITO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Enquanto meio de valorização e motivação dos trabalhadores, a formação profissional deverá ser assumida pelas autarquias como uma prioridade e garantir o acesso de todos os trabalhadores. É necessário que os planos de formação tenham em conta as dificuldades dos trabalhadores no desempenho diário das suas funções e assegurar a participação dos seus representantes na construção desses mesmos planos.

IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Promover uma política de igualdade, bem como de acções de sensibilização e esclarecimento junto dos trabalhadores tendo como objectivos: a igualdade de oportunidades; a igualdade de tratamento; a igualdade salarial com aplicação do princípio

de «salário igual para trabalho igual» ou de igual valor; o combate às discriminações no trabalho, no emprego e na formação, qualquer que seja a sua origem. A elaboração de planos municipais de igualdade de género e de políticas que contribuam efetivamente para a igualdade nas estruturas e funcionamento do Poder Local.

FOMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

As autarquias devem fortalecer o papel e o contributo dos trabalhadores seja na realização do seu próprio trabalho, seja na formulação e gestão de políticas públicas, fortalecendo por essa via e dessa forma o seu compromisso profissional e social.

DEFESA DE UM VERDADEIRO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Num momento em que se vislumbra a possibilidade de transferência de competências para as autarquias envolvendo funções sociais como a educação e a saúde, é fundamental que os autarcas se batam por um efectivo processo de descentralização, que passa inevitavelmente pela reposição das freguesias, pela defesa da Regionalização do País, pela valorização do Poder Local Democrático e pela defesa do carácter universal dos serviços e das funções eventualmente a transferir, o que significa assegurar o reforço e a elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

A valorização do Poder Local e o reforço das condições e meios (financeiros, organizacionais, técnicos e humanos), ao exercício pleno das suas atribuições e competências é condição para responder às aspirações das populações, à melhoria das condições de vida, à valorização dos trabalhadores das autarquias locais.

O STAL exorta os trabalhadores das autarquias locais a apoiarem e elegerem candidatos que se identifiquem claramente com os princípios enunciados neste Manifesto e apela às forças políticas e aos candidatos que assumam publicamente o compromisso de, com a sua acção, contribuírem para a construção de autarquias mais democráticas, mais participadas, que defendam e valorizem os serviços públicos, que respeitem e dignifiquem os trabalhadores e sirvam melhor as populações.

É por estes objectivos que nos batemos na nossa luta diária, é por estes objectivos que nos bateremos nas próximas eleições autárquicas.

Encontro Nacional do STAL

22 de Junho de 2017